

ACERCA DAS RELAÇÕES ECONÓMICAS CIDADE-CAMPO
NA FRANÇA

Um dos temas mais ricos da geografia moderna é o das relações cidade-campo. Com efeito, apesar da tendência tradicional dos campos para uma economia fechada e independente das cidades, é contudo excepcional que se não tenham desenvolvido formas especializadas de agricultura, em função dos mercados urbanos, ainda quando as distâncias de transporte por estradas ou vias fluviais se traduziam em tempos muito mais longos do que os actuais. Também as cidades raramente formam quistos no meio do campo, e deixaram de ser estudadas apenas como formas de povoamento ou centros de produção, mas igualmente como centros de convergência e de irradiação de fluxos de natureza diversa — demográfica, económica, cultural. As suas verdadeiras funções servem toda uma região, e a *população fundamental* ⁽¹⁾ de cada cidade traduz o seu poder de organização do espaço. As relações cidade-campo não são no entanto um problema novo, mas um problema que se põe desde séculos em termos «de simbiose, antagonismo ou simples justaposição» ⁽²⁾ e que ganhou uma importância considerável com a revolução industrial e o crescimento urbano dos últimos tempos. A proletarianização económica e demográfica do mundo rural, a desigualdade nas condições de vida e de trabalho, a competição na ocupação do espaço, desencadeada pelo metamorfismo provocado pela urbanização crescente dos arrabaldes rurais das cidades, são bem actuais. Até ao surto industrial do século XIX quase todas as cidades investiram os seus lucros na aquisição de terras e, entre as sociedades pré-industriais e as sociedades tradicionais de hoje, ainda pouco afectadas pelas formas modernas da economia, um dos traços mais característicos das relações cidade-campo corresponde à posse de terras pelas populações urbanas. «Já não se concebe um estudo de geografia rural que não consagre um capítulo à estrutura e ao valor da apropriação fundiária dos cidadãos», diz-nos R. BRUNET ⁽³⁾, ou um estudo inteligente de uma cidade que não recorra ao conhecimento das forças que a fazem viver — das actividades externas e por vezes distantes —, entre as quais as ligadas ao mundo agrícola. Muitas cidades vivem à custa do absentismo, e a sua morfologia, a sua estrutura, o seu dinamismo, são puro reflexo da vida rural da região.

Seguindo esta orientação, alguns geógrafos franceses, durante as últimas décadas, debruçaram-se sobre as matrizes e os cadastros, procurando neles não apenas a estrutura da propriedade rural, mas, prin-

⁽¹⁾ Designa-se por população fundamental de uma cidade (população funcional para CHABOT) o total da sua população activa que em cada sector de actividade serve a região. Tomemos como exemplo o sector bancário: uma parte deste serve a aglomeração; a outra, as actividades económicas da sua área de influência.

⁽²⁾ E. JUILLARD, «L'urbanisation des campagnes en Europe Occidentale», *Études Rurales*, 1, avril-juin, 1961.

⁽³⁾ R. BRUNET, *Les Campagnes Toulousaines* (Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Toulouse), série B, tome 1, 1965.

principalmente, o valor da apropriação citadina e a sua origem, que data em grande parte de uma época em que a posse da terra constituía a principal base de poderio e de riqueza. Estes estudos dizem respeito a regiões privilegiadas neste aspecto, como a região parisiense, a região de Toulouse e, principalmente, o Baixo Languedoc. P. BRUNET ⁽⁴⁾, ao procurar compreender o papel desempenhado por Paris nas transformações da economia rural da Ilha de França, evoca em primeiro lugar a acção dos Parisienses, «pelo menos daqueles que detêm a riqueza» — nobres, banqueiros, industriais, elementos das profissões liberais, comerciantes... —, quer pela compra de terras e modificação, por um certo esforço de concentração, da morfologia agrária, quer pela introdução de novas culturas e de novas técnicas. E se de facto atribui aos cultivadores não proprietários a principal obra de construção do «*openfield* em mosaico», que caracteriza as grandes explorações dos planaltos terciários entre o Sena e o Oise e abrange terras pertencentes a vários proprietários absentistas, as explorações médias (cerca de 100 ha nesta região) correspondem normalmente a propriedades arrendadas a um só proprietário e constituíram a dominante até ao século XIV. Mas esta propriedade citadina, pertencente a Paris ou às cidades regionais, diminui a favor dos agricultores, fenómeno aliás geral em toda a França e consequência da diminuição do valor das rendas após a crise agrícola de 1880, das perturbações introduzidas pela primeira guerra mundial e da preferência dos capitais urbanos pelas colocações mobiliárias.

Também R. DUGRAND ⁽⁵⁾, ao estudar a rede urbana do Baixo Languedoc e as relações que ligam as cidades ao campo, consagrou à análise da propriedade fundiária dos cidadãos muitas e brilhantes páginas. «Todas as aglomerações do Baixo Languedoc, do pequeno burgo à grande cidade, são profundamente marcadas pelos ritmos da vida rural. Este impulso de origem agrícola descobre-se tanto ao nível das tomadas de posição política como das evoluções económicas e demográficas. Quando das vindimas, quase bruscamente, todas as cidades perdem uma boa parte da sua população. A variação do preço do vinho tem repercussão imediata no comércio: se os preços são altos, multiplicam-se os estabelecimentos de artigos de luxo, mas em períodos de crise abrem falência. Burgueses, cidadãos, proprietários camponeses, comerciantes urbanos ou trabalhadores rurais têm, no seio da sua classe social, relações inteiramente solidárias e directamente dependentes das evoluções rurais.» Através de um gigantesco inquérito cadastral, R. DUGRAND avaliou em 30 p. 100 a proporção das terras do Baixo Languedoc pertencentes a proprietários não residentes, dos quais 9/10 são cidadãos; em 35 p. 100 a superfície correspondente das vinhas. As cidades regionais (com mais de 3000 habitantes) monopolizam 47 p. 100 das superfícies atribuídas aos proprietários absentistas e 65 p. 100 das vinhas. As cidades extra-regionais — Paris, Lyon, Marselha, Bordéus e Toulouse —

⁽⁴⁾ P. BRUNET, *Structure Agraire et Économie Rurale des Plateaux Tertiaires entre la Seine et l'Oise*, Caen, 1960.

⁽⁵⁾ R. DUGRAND, *Villes et Campagnes en Bas Languedoc*. P. U. F., 1963.

detêm 46,5 p. 100 e 30 p. 100, respectivamente (1/7 do Baixo Languedoc, principalmente na Garrigue e na Camargue). Todavia, entre o emigrante de Causses ou de Cévennes, que continua a possuir algumas parcelas herdadas, e as grandes sociedades anónimas, sociedades por acções dominadas por capitalistas não regionais, há toda uma gama de proprietários de origens e de comportamentos sociais diferentes. Há os pequenos proprietários que conservam, nas regiões montanhosas ou calcárias, explorações-reliquias abandonadas e invadidas pelo mato e que dificultam, pela indiferença, toda a tentativa de uma possível valorização pela criação de um rebanho comunal ou pelo reflorestamento; os proprietários de algumas parcelas de vinha ou de pomar, exploradas em parceria, mas cujos rendimentos são uma achega não desprezável aos modestos salários urbanos e que tornam perene um sistema de exploração em vias de desaparecimento noutras regiões; os proprietários médios que ora exploram directamente as suas terras, ora as fazem cultivar por parceria, sistema que se adapta bem à monocultura da vinha, dada a incerteza da produção e dos preços. Há, sobretudo, os grandes proprietários, que dominam 20 p. 100 das vinhas do Languedoc, ou seja cerca de 1/5 da maior vinha do mundo, principalmente nas planícies litorais, porém com grandes diferenças regionais na intensidade da apropriação (90 p. 100 na Camargue, 24 p. 100 na Pequena Camargue, 6,2 p. 100 nas Côtes do Ródano). São maiores possuidores nas áreas de colonização tardia, em terras insalubres e pantanosas, para cuja beneficiação foram necessárias as técnicas e os capitais urbanos, tal como acontece ainda hoje nas zonas litorais onde uma verdadeira frente pioneira vai conquistando novas terras para a agricultura (arroz, vinha ou culturas hortícolas). Trata-se sempre de grandes propriedades, a que correspondem grandes explorações, dirigidas directamente ou com a ajuda de um administrador, e nas melhores condições técnicas e de gerência. R. DUGRAND aponta ainda toda a série de relações complexas que ligam os campos do Languedoc às cidades regionais ou extra-regionais. «Do campo para a cidade transferem-se as rendas fundiárias e os lucros, que são responsáveis pelos níveis de vida rural diminuídos e pelos consumos urbanos não proporcionais às forças produtivas intra-citadinas. Da cidade para os campos vão o impulso económico, a direcção científica da exploração, os adubos, as máquinas e mesmo os trabalhadores rurais, que, emigrados de Itália ou de Espanha, desembarcam nas gares urbanas.» Contudo, de simbiose, as relações entre as cidades e os campos do Baixo Languedoc estão a volver-se em parasitismo. A prosperidade de Montpellier, Nîmes, Béziers, é função directa da cultura da vinha: rendas fundiárias, concentração da venda do vinho (até quando?), comércio de distribuição de produtos diversos, mesmo agrícolas, dada a especialização monocultural. Não há indústrias, não há actividades criadoras, actividades que, no século XIX a burguesia industrial e comercial abandonou completamente, investindo então todos os seus capitais na compra de terras. Mas, entretanto, manter-se-ão a viticultura e, com ela, as resistências aos planos de intensificação agrícola da Companhia do Baixo Ródano-Languedoc.

Nos campos de Toulouse, R. BRUNET (*) procedeu, igualmente, à análise da propriedade rural dos cidadãos e avaliou-a em 1/7 da superfície estudada — cidadãos de Toulouse essencialmente, meio indiferentes à rentabilidade das propriedades, quase sempre divididas em explorações médias e cultivadas por caseiros. São nobres ou comerciantes que, sem iniciativa e sem interesse, se contentam em conservar a terra herdada da família ou comprada, não com a ideia do lucro mas apenas de uma segura colocação de capitais, que dá prestígio e permite manter uma aparência de nobreza, qualquer que seja a sua origem. O autor considera-a como um factor de esclerose e de estagnação que, desde há várias gerações, entrava mutações consideráveis no tradicional sistema extensivo das culturas. Mas creê que o parasitismo desta classe apática terá o seu fim na segunda metade do século XX, não só pelo apoio oficial dado à agricultura e pela mutação das mentalidades camponesas, mas também pelas «transfusões de sangue novo», dos emigrantes doutras regiões francesas ou dos repatriados da África do Norte, portadores de capitais e de iniciativas.

Como o objectivo destas notas é essencialmente o de divulgar não um tema geográfico mas antes aspectos metodológicos, abordaremos em seguida, de forma pormenorizada, o estudo de H. ELHAI (†), que, por ser mais elementar e esquemático, mais facilmente pode ser tomado como exemplo. Considerou este autor uma vasta região da Alta Normandia, de Dieppe e Pays de Bray aos cantões dos Andelys, do Gaillon, do Neubourg, de Monfort-sur-Risle et de Port-Audemer, centrada sobre Ruão (589 565 ha, 45 cantões e 804 comunas). Alguns estudos anteriores tinham salientado a importância da produtividade fundiária dos cidadãos nesta região, sem contudo indicarem com rigor o total da superfície possuída (hectares ou percentagens das superfícies globais), a estrutura das propriedades, as categorias profissionais dos proprietários, o lugar de residência destes e, portanto, os raios de influência fundiária de cada cidade (‡); e muito menos as suas consequências económicas para os campos ou para Ruão, Havre, Paris, questões que H. ELHAI procurou explicar, não esquecendo nunca uma óptica retrospectiva. Mas a tarefa não era fácil. Exigiu uma análise sistemática das matrizes e cadastros, completada por vezes com os arquivos notariais, sem que a precisão dos resultados estatísticos fosse sempre satisfatória, dadas as deficiências daqueles documentos de base. Importância da propriedade rural pertencente a cidadãos; mas o que se entende por cidadãos? R. BRUNET salientou como, normalmente, a matriz apenas indica a comuna de residência, podendo todavia o proprietário habitar na área rural e não na aglomeração ou mesmo no arrabalde semi-rural. Muitos proprietários vivem em montes dispersos e alguns médicos e advogados preferem

(*) *Ob. cit.*

(†) HENRI ELHAI, «Recherches sur la propriété foncière des citoyens en Haute-Normandie», C. N. R. S., *Mémoires et Documents*, tome X, fasc. 3, 1965.

(‡) R. DUGRAND definiu os raios fundiários urbanos como «as áreas geográficas onde a apropriação cidadina é suficientemente importante para que as trocas múltiplas e complexas resultantes se tornem um dos elementos básicos da vida social dos campos e das cidades».

deslocar-se diariamente à cidade onde exercem as suas profissões, a abandonarem a grande e velha casa da família. É também raro que as matrizes estejam em dia, continuando muitas contribuições a ser pagas em nome do ascendente que morreu. Todavia, estas e outras imprecisões que afectam as unidades e dezenas dos dados numéricos atenuam-se quando a análise abrange grandes regiões e cidades principais. Os ensaios anteriormente evocados não foram, de modo nenhum, desencorajantes.

Que se passa na Alta Normandia? O autor calculou primeiramente, no quadro cantonal, a parte das terras possuídas pelos cidadãos em 1956-1957 e depois repetiu os cálculos para a primeira metade do século XIX (1825-1830, datas do primeiro cadastro); cartografou os dados obtidos, procurando assim uma imagem sintética e facilmente comparável. Verificou então que, à semelhança do Baixo Languedoc, dos campos de Toulouse e da planície de França, a riqueza fundiária dos cidadãos constitui desde há muito, na Alta Normandia, um factor de capital importância económica e social. Dado que as propriedades de menos de 1 ha, em regiões de culturas especiais, têm significado diferente e muitas vezes não são mais do que simples residências secundárias com um pequeno terreno em redor, dando desafogo, liberdade e individualização, do qual não se tira lucro algum, desprezou estas para simplificar a análise (R. DUGRAND tomava como limite mínimo 6 ha, e 1 ha no caso de vinhas). Reteve os nomes dos proprietários de menos de 6 ha só quando eles apareciam já noutras comunas da região, adicionando então as suas superfícies dispersas; de outra forma as pequenas propriedades seriam largamente calculadas por excesso e as médias e grandes por defeito. A simplificação assim introduzida não altera as conclusões, na medida em que os proprietários cidadãos de áreas inferiores a 6 ha representam apenas 5,6 p. 100 do total em 1956-1957 e 7,1 p. 100 nos princípios do século XIX. Como cita o autor, já J. SION afirmara que a maior parte dos proprietários habitavam a cidade e que os nobres e a burguesia urbana possuíam, nos princípios do século XIX, mais de 95 p. 100 das terras. A propriedade nobre era então com frequência explorada directamente. Para SIEGFRIED, também na Alta Normandia, quase não havia propriedade camponesa. Estas afirmações pareceram exageradas a H. ELHAI, tal como a de A. FREMONT, quando, seguindo J. SION, diz «que mais de 95 p. 100 das terras do Pays de Caux são exploradas por quinteiros, que são simples locatários dos burgueses de Ruão, Havre ou de Fécamp e também de algumas famílias nobres que vivem nos castelos, no meio das suas quintas».

Em 1956-1957, a propriedade cidadina correspondia a 35,7 p. 100 da superfície (superfície total das comunas diminuída do que constitui domínio comunal, domínio público, ou é pertença das administrações das *Eaux et Forêts*, *Ponts et Chaussées*, *S. N. C. F.*, e que normalmente não entra no circuito das compras e vendas fundiárias), num total de 195 106 ha. A Paris e a Ruão pertencem 60 p. 100 e ao Havre 6 p. 100; a burguesia do Havre, mais audaciosa do que a de Ruão, preferiu investir os seus capitais no grande comércio e na indústria.

Qual a estrutura desta apropriação? Os proprietários citadinos são em número de 7581, dos quais 2/5 possuem menos de 5 ha, 70 p. 100 menos de 20 ha e 4,5 p. 100 mais de 100 ha. Construindo diagramas de curvas cumulativas de frequências do número de proprietários e de concentração das superfícies possuídas, com abcissas logarítmicas (1 ha a 1000 ha) e ordenadas aritméticas (p. 23, fig. 2), pôde correlacionar para uma dada classe de proprietários, quaisquer que sejam os seus limites, o seu número e as respectivas superfícies. Assim, 8 p. 100 dos proprietários possuem mais de 66,07 ha e 50 p. 100 do total; 2 p. 100 dos proprietários possuem mais de 173,78 ha e 25 p. 100 do total, logo 1 ha em 4 ha pertence a um grande proprietário que possui pelo menos 173,78 ha. No caso de Paris, a mediana das superfícies possuídas é de 109,6 ha, 50 p. 100 do número de proprietários possui mais de 12,20 ha, no conjunto 93,5 p. 100 da superfície. *A apropriação citadina é uniforme?* Não, como nos mostra o autor através de um mapa de percentagens por comuna, mas mais intensa a norte, nas regiões do Havre, Ruão e ao longo do Sena, e bastante fraca por todo o departamento do Eure. *As várias cidades, detentoras das propriedades rurais normandas, impõem-se de igual maneira?* Num mapa a cores, onde estão representadas as propriedades de parisienses, ou de gente do Havre, podem definir-se os raios fundiários. Paris está por toda a parte presente, no litoral (1/7 das superfícies possuídas pelos citadinos), no planalto, no vale do Sena, independentemente da maior ou menor proximidade, embora esta apropriação seja muito mais considerável nas regiões vizinhas da capital francesa. As propriedades de Ruão esboçam uma coroa, quase contínua a norte da cidade, mas com grandes clareiras nos cantões florestais do sul. O perímetro fundiário do Havre não ultrapassa 20 km. O Havre contrasta com Ruão e com Paris pela apropriação menos intensa e pelas menores dimensões das suas propriedades, salientando-se as propriedades médias (20 ha a 50 ha), enquanto para aquelas outras cidades se salientam as grandes (100 ha a 500 ha). *Esta apropriação rural tem o seu reflexo nas estruturas sociais urbanas e na fisionomia das cidades.* As matrizes indicam as profissões e os lugares de residência. Predominam os industriais, comerciantes, banqueiros, médicos, advogados e engenheiros, notários e farmacêuticos, ou sejam as classes urbanas mais bem remuneradas. Em Ruão e no Havre dominam de longe os comerciantes; em Paris e nas cidades do Norte, os industriais; dos proprietários nobres, 77 p. 100 habitam Paris, também eles possuidores de grandes propriedades: 25 p. 100 dos nobres citadinos possuem mais de 100 ha e no conjunto 69 p. 100 da superfície de terras de nobres. As suas monumentais habitações nos sectores XVI, XVII, XVIII, VI e V da cidade de Paris, nas ruas elegantes da velha Ruão, e as vivendas no meio de jardins amuralhados das alamedas exteriores marcam profundamente a paisagem de certos bairros.

Como se distribuem as terras pertencentes a um mesmo proprietário? Existem dois casos extremos: concentração em comunas contíguas ou quintas dispersas em comunas distantes, e toda uma gama de casos intermédios, que o autor exemplifica com monografias.

De quando data esta apropriação? Depois de ter estudado a situação actual, H. ELHAÏ fez uma análise semelhante para a época de elaboração dos primeiros cadastros. O total das superfícies possuídas pelos citadinos manteve-se estável, mas a estrutura da propriedade variou. Com efeito, as propriedades com mais de 500 ha eram duas vezes mais numerosas. Paris e Ruão dominavam, mas Ruão, comparada com Paris, organizava uma muito maior superfície; o Havre ocupava já o terceiro lugar. As propriedades com mais de 100 ha representavam 80 p. 100 da superfície possuída por parisienses e 54,6 p. 100 da possuída pelos proprietários de Ruão. Também as pequenas cidades estavam melhor representadas. As percentagens por comuna opõem menos intensamente as duas margens do Sena. O perímetro fundiário de Paris é mal definido: lado a lado, comunas pertencendo na quase totalidade a parisienses e outras onde estes estão ausentes, como consequência do acaso da emigração das *élites* rurais. Paris, como grande metrópole, continuou a atrair toda a população, foi o centro mais favorecido pelo êxodo, e, ao lado dos trabalhadores e dos proprietários médios, concentrou também as classes abastadas, o que aumentou consideravelmente as superfícies e lhes deu continuidade dentro do seu perímetro. A zona de apropriação de Ruão era já nos princípios do século XIX bastante homogénea. Como verdadeira metrópole regional, Ruão viu muitos nobres abandonarem os castelos durante uma grande parte do ano para ali residirem. Mas viu também os seus industriais e negociantes investirem na compra de terras lucros ganhos demasiado rapidamente para que os acreditassem estáveis. A sua burguesia, desenvolvendo indústrias e comércios muito rentáveis, não hesitava em empregar parte desses lucros na aquisição de algumas centenas de hectares, que manterão sempre um certo valor, ficando assim ao abrigo das grandes crises. Ao mesmo tempo, Ruão criava muitos empregos nos sectores secundário e terciário e atraiu uma mão-de-obra numerosa que herdaria parte dos pequenos lotes das velhas famílias agrícolas. A sua zona de apropriação situava-se então, tal como hoje, quase só sobre a margem direita do Sena. O Ruão da outra margem não existia ainda: apenas grandes retalhos de florestas cobriam as superfícies compreendidas entre os meandros. Tanto para Paris como para Ruão, os proprietários citadinos, nobres ou burgueses mais ou menos enobrecidos, exerciam profissões muito semelhantes às do século XX: profissões liberais no caso de Ruão e Paris, comerciantes no do Havre e industriais no das pequenas cidades dos têxteis, que na altura das crises investiram na terra os capitais salvos.

Os nobres possuíam cerca de 1/5 da Alta Normandia, apesar de a Revolução ter feito emigrar muitas famílias e de os seus bens terem sido vendidos como bens do Estado. Todavia, a *Coutume Normande*, que protegia os direitos à terra da mulher e dos filhos, respeitava os dotes dos esposos e garantia o direito a 1/3 do usufruto das propriedades do marido, no caso deste morrer sem ainda ter herdado, desde que o sogro tivesse assistido ao casamento, permitiu que muitos domínios não tivessem sido vendidos, no total ou pelo menos em parte.

Como se constituiu e como evoluiu a propriedade citadina? H. ELHAÏ mostrou a sua importância nos princípios do século XIX; ela concentrara-se portanto nos séculos anteriores. A propriedade dos nobres de espada é a mais antiga. A nobreza das leis e das letras comprava-a a outros nobres, que entretanto procuravam enriquecer no comércio e nas manufacturas. Sofreu um golpe com a Revolução, mas muitos domínios persistiram e até aumentaram com a compra de propriedades confiscadas ao clero.

Por outro lado, os burgueses, desde o século XVI, investiram os seus capitais na compra de parcelas de terras nobres; assim concentraram domínios consideráveis e aliaram-se frequentemente à própria nobreza. Mais tarde aproveitaram a venda dos bens comunais e depois a dos bens nacionais, pois o rendimento da terra não era para desprezar: 5 p. 100 nos fins do século XVIII; 12 p. 100 nos princípios do século XIX, diz-nos o autor. Esta evolução geral esconde outras mais complexas, num sentido ou noutro, e que podem ser exemplificadas com propriedades familiares ou com comunas. No conjunto, os esforços de concentração vão até 1920, data a partir da qual o preço da terra subiu bastante sem que o valor das rendas tenha sofrido igual ritmo de acréscimo. De facto, ao contrário do que acontece na Aquitânia, a propriedade citadina não é para a Alta Normandia um factor de estagnação. O agricultor é um rendeiro activo, que estrutura a sua exploração independentemente das dimensões das parcelas dos proprietários da dita terra, que dispõe de um elevado capital de exploração, que trabalha ao ritmo dos mercados, que procura aumentar a produtividade das culturas ..., pois os lucros são a diferença entre um rendimento variável e uma renda fixa. O proprietário possui, compra ou vende a terra; recebe as rendas. Conforme estas, compra ou vende. Compra ou vende em função da conjuntura económico-social e política ..., mas não é fácil comprar e vender propriedades; «uma nova conjuntura económica surgira sem que a anterior tenha efectivamente provocado vendas e compras de propriedades». E o autor termina este estudo, verdadeiro modelo de análise, sugerindo toda uma série de investigações que gostaria ver suceder-lhe: avaliação dos totais em dinheiro canalizados assim dos campos normandos para as cidades e extensão a toda a França da análise das relações sociais e económicas entre cidades e campos sempre bem complexas.

Se pensarmos em Portugal, a propriedade rural, do Minho ao Algarve, apresenta, nas suas estruturas, nos seus sistemas de exploração, diversidade bem complexa. Não há um cadastro geral, os dados das matrizes são pouco precisos, raramente actualizados e não ricos de informações. Contudo, apesar do peso de todas estas limitações, podemos extrair de uma semelhante metodologia caminhos que nos permitam esclarecer alguns problemas-chaves do estudo geográfico da organização do espaço.